

ATA N.º 84

Grupo de Trabalho sobre Bentónicos e Demersais

20 de setembro de 2024 | Híbrida a partir de

 Sala da Assembleia Plenária da Coletividade Territorial da *Guyane* (CTG)

09:00 às 12:30 (hora local) | INT: PT, FR, ESP

1. Introdução. Natureza da reunião

O Grupo de Trabalho sobre Pesca de Bentónicos e Demersais, do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (CCRUP), reuniu-se, em formato híbrido, a partir da sala da Assembleia Plenária da Coletividade Territorial da *Guyane* (CTG)- *Guyane Française*, com interpretação simultânea em português, espanhol e francês, às nove horas e quinze minutos (hora local), do dia (20) vinte de setembro de (2024) dois mil e vinte e quatro.

2. Sessão de boas-vindas do Presidente do Grupo de Trabalho

Visto que o Presidente deste grupo de trabalho - Sr. Juan Verdú (*Federación Provincial de Cofradía de Pescadores de las Palmas*) – não pôde estar presente, o Sr. Nicolas Blanc (Sciaena e vice-presidente deste grupo de trabalho) deu início à reunião, cumprimentando todos os presentes e contextualizando sobre as apresentações a serem feitas durante a presente reunião. Questionou se havia alguma objeção à adoção da agenda da reunião, previamente disponibilizada via *email*, constatando a aprovação da mesma por unanimidade.

Agradeceu a todos os membros e observadores, em especial àqueles que iriam fazer apresentações e à Sra. Amanda Pérez (*Directorate-General for Maritime Affairs and Fisheries – DGMARE*). Afirmou que tinham uma agenda muito preenchida e afirmou que ia fazer o seu melhor para que os horários fossem respeitados.

- **Informações administrativas e Adoção da agenda**

A Secretária-Geral começou por informar que as delegações de voto feitas na presente reunião eram as seguintes: a Associação de Pescadores e Armadores da Ilha das Flores, a Associação Terceirense de Armadores, a Associação de Armadores de Pesca Artesanal do Pico, Associação de Pescas de Rabo de Peixe e a Associação de Pescadores da Ilha de São Jorge tinham delegado o seu voto na Federação das Pescas dos Açores. A Cooperativa de Economia Solidária dos

Pescadores da Ribeira Quente e a Associação de Pescadores da Lagoa- Bom Porto delegaram na Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores. Informou que a ata da última reunião, realizada no dia (20) de março de (2024) dois mil e vinte e quatro tinha sido aprovada no dia (6) seis de setembro de (2024) dois mil e vinte e três, por unanimidade e por escrito. Acrescentou que a reunião contava com interpretação simultânea em português, espanhol e francês e que estava a ser gravada para efeitos de redação de ata.

Ao verificar-se um problema técnico, dificultando o início das apresentações, o Sr. Nicolas Blanc mencionou que aproveitariam a pausa para discutir um assunto que estava previsto ser abordado em outro momento da reunião, otimizando o tempo. O assunto em questão estava relacionado com um *e-mail* enviado pelo Secretariado, referente à próxima reunião do MIAC (reunião anual entre o Conselho Internacional para a Exploração do Mar-ICES e os Conselhos Consultivos) de 2025. Nesse *e-mail*, foi solicitado o envio antecipado de perguntas que os membros do CCRUP, bem como os membros de outros Conselhos Consultivos, gostariam de fazer durante a reunião. Reforçou que, para garantir que os especialistas pudessem preparar-se adequadamente, as perguntas deviam ser submetidas com antecedência, sendo o prazo final para o envio (24) vinte e quatro de setembro.

O Sr. Jorge Gonçalves (Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores – APEDA), agradeceu ao Sr. Nicolas Blanc e informou que, nos Açores, estavam a trabalhar em várias questões que gostariam de colocar e acrescentou que, apesar da complexidade das deslocações para as reuniões na *Guyane Française*, fariam um esforço para submeter as questões dentro do prazo estipulado.

A Secretária-geral agradeceu a intervenção e fez um esclarecimento adicional, destacando que, devido à limitação de tempo e à falta de flexibilidade, seria necessário reunir para selecionar apenas uma pergunta a ser debatida durante a reunião. Explicou ainda que, embora fosse possível submeter até três perguntas, apenas uma delas seria discutida oralmente; as demais seriam tratadas por escrito. Salientou a importância de escolher uma questão relevante para o debate e pediu que, para as outras perguntas, fosse indicado claramente o número de ordem (1, 2, 3, etc.), de modo a garantir que a resposta fosse dada por escrito.

3. Apresentação do trabalho sobre a ocorrência de Ecossistemas Marinhos Vulneráveis (VMEs) e atividades de pesca nas águas da União Europeia das regiões ultraperiféricas - Rui Catarino (ICES)

O Sr. Rui Catarino (Conselho Internacional para a Exploração do Mar-ICES) agradeceu ao CCRUP o convite e iniciou a apresentação destacando que, fazia um ano desde que o ICES tinha apresentado este estudo em *La Réunion* (Assembleia Geral e Grupos de Trabalho do CCRUP 2023) que resultava de um pedido extraordinário da DGMARE. Acrescentou que, desde então, muito trabalho tinha sido feito, nomeadamente a realização de um relatório, disponível *online* - [EU request for a technical service to review the knowledge base and analytical frameworks required to map where VMEs are known or likely to occur as well as fishing activity of deep-sea fish in all EU outermost regions](#) -, que, embora apenas em inglês, reunia um conjunto significativo de informações úteis. O objetivo principal do relatório foi realizar uma revisão do conhecimento sobre a ocorrências de VMEs e dos impactes da pesca de profundidade nas RUP da União Europeia (UE), explicou que até então estava informação estava dispersa por diferentes institutos, artigos científicos e bases de dados. Sublinhou que o relatório visava compilar todas essas informações em um único relatório, de fácil consulta e que abordasse de forma consistente todas as RUP.

Foi também referido que um dos objetivos do relatório foi identificar e reportar os diferentes métodos para a identificação das VMEs, seguindo as diretrizes da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em alguns casos, com algumas adaptações. Além disso, o trabalho incluiu a criação/definição de um plano de ação para um futuro *workshop*, visando estabelecer um método claro e consistente para a identificação das VMEs. Enfatizou a importância de uma abordagem definida desde o início, para evitar tendências e assegurar que os resultados não fossem distorcidos por escolhas posteriores.

Em relação às regiões abrangidas, o Sr. Rui Catarino explicou que as RUP foram o foco do estudo, destacando que estas eram ricas em biodiversidade, o que lhes conferia grande importância. Apresentou ainda uma definição que considera elucidativa, sobre VMEs, explicando que estas eram “áreas do oceano que são particularmente sensíveis a perturbações devido às suas características biológicas únicas. Estes ecossistemas encontram-se, normalmente em ambientes de profundidade, e incluem habitats como os recifes de coral, os campos de esponjas e os montes submarinos, que albergam uma grande diversidade de espécies.” Enfatizou a necessidade de proteção destes ecossistemas, pois eram extremamente sensíveis e ameaçados por atividades como a pesca, capturas acessórias, poluição, alterações climáticas e mineração.

O Sr. Rui Catarino abordou também o Regulamento das espécies de profundidade – Regulamento da UE (2016/2336: que regula a pesca de profundidade e protege os VMEs nas águas da UE -, explicando que este incluía dois anexos extremamente importantes: um com espécies de

peixes de profundidade (anexo I) e outro com espécies indicadoras de VME (anexo III). Explicou que, estes anexos tinham sido criados para a plataforma continental, e não correspondiam totalmente à realidade das RUPs, pelo que o *workshop* visava personalizar esses anexos, adaptando-os. Esclareceu que, foram feitas alterações nos anexos, nomeadamente: a inclusão de espécies locais, utilizando as bases de dados da FAO e os dados nacionais de desembarque; a eliminação de espécies não encontradas localmente e a profundidade de 300-400 m foi utilizada como limite superior das espécies de profundidade. Informou que foram desenvolvidas listas personalizadas para cada RUP, garantindo a relevância ecológica e comercial.

Em relação aos dados disponíveis, mencionou que o ICES solicitou dados aos Estados-membros (França, Portugal e Espanha) e além disso, foram enviados questionários a pescadores, cientistas, Organizações Não Governamentais (ONGs) e outras partes interessadas, embora a taxa de resposta tivesse sido baixa. Foi destacado facto da necessidade de melhoria em relação à disseminação dos questionários.

Apontou a questão da variabilidade regional, ou seja, a diferença na disponibilidade de dados entre as regiões tem um impacto direto nos resultados do estudo.

Apresentou o plano de ação para a identificação das VMEs, que envolvia quatro passos, nomeadamente: a identificação das características geomorfológicas, como montes submarinos e recifes de corais; a verificação em terra, com a utilização de tecnologias como Veículos Operados Remotamente (ROVs), câmaras de queda ou amostragem direta para verificar a presença de espécies indicadoras de VMEs; a modelação da adequação do habitat e da distribuição de espécies e por fim, uma análise multi-critério.

Mencionou ainda que o relatório inclui recomendações sobre os dados mínimos necessários e a forma como os pescadores poderiam colaborar para melhorar a recolha de dados, mantendo a anonimidade. Foi destacado também o trabalho positivo realizado com cientistas locais, muitos dos quais não faziam parte da rede ICES, mas que se tornaram um recurso valioso para contribuições futuras.

Para finalizar a sua apresentação, o Sr. Rui Catarino referiu que o relatório supramencionado fora publicado a cinco de julho de 2024, e posteriormente enviado para a DGMARE, estando o ICES a aguardar uma resposta sobre a possível continuidade do trabalho.

O Sr. Nicolas Blanc agradeceu pela excelente apresentação e destacou a importância da consulta aos pescadores para o sucesso do trabalho, lembrando que este esforço foi uma recomendação direta do CCRUP em 2022. Em seguida, abriu espaço para perguntas dos presentes e dos participantes online.

4. Perguntas e Respostas

O Sr. Pedro Melo (*Associação dos Comerciantes do Pescado dos Açores*) questionou se a identificação das VMEs seria feita por cientistas locais das RUPs ou pelo ICES em colaboração com as autoridades locais, e quem ficaria responsável pela recolha dos dados relacionados com as VMEs

O Sr. Rui Catarino afirmou que, até haver um pedido formal para a continuação do trabalho, não existia um plano definido e esclareceu que, caso fosse o caso, o ICES atuaria como facilitador. Relativamente à recolha de dados, o ICES seria responsável por desenvolver as ferramentas necessárias para garantir a entrega anónima dos dados, caso fosse solicitado. Contudo, o trabalho seria realizado de forma colaborativa por cientistas de todas as regiões. Referiu que, para dar continuidade ao processo, este passaria por um *Advise Drafting Group* (ADG), composto por cientistas independentes que não participaram diretamente no trabalho, e que ajudariam a avaliar e a aperfeiçoar a mensagem a ser transmitida aos responsáveis. Após essa fase, seguir-se-ia uma terceira etapa, onde o ICES, por meio do seu comité científico (ACOM), faria a aprovação final do trabalho, após análise do produto final por 20 cientistas dos 20 países membros do ICES, sendo esta aprovação feita por consenso.

A Secretária-geral afirmou que o secretariado do CCRUP tem estado sempre a apoiar o estudo em questão, reconhecendo que o mesmo fora realizado, em grande parte, devido à implementação das Áreas Marinhas Protegidas (AMPs) nos Açores, onde faltava uma base científica. Sublinhou que os pescadores deveriam confiar no ICES, e aconselhou os pescadores e as ONGs a dialogarem com o Sr. Rui Catarino com transparência.

O Sr. Jorge Gonçalves afirmou que estavam a desenvolver o processo das AMPs e, após um ano, perceberam que a sobreposição das áreas de VMEs afetaria não apenas as zonas protegidas, mas também outras áreas de pesca. Esse foi um dos motivos pelos quais solicitaram, através de uma recomendação do CCRUP, um relatório ao ICES. Referiu que a meta estabelecida no quadro das Nações Unidas sobre a criação de 30% de AMPs criaria sérios problemas para a frota pesqueira. Destacou que o setor estava a pedir ao governo uma reestruturação para reduzir embarcações e licenças de pesca, pois sem a redução do esforço pesqueiro, as zonas disponíveis para a pesca seriam delapidadas. Informou que não sabia como a situação seria ultrapassada, uma vez que, no quadro comunitário 2030, não havia apoio para essa reestruturação, e que tanto o orçamento do Estado como o governo regional dos Açores não previam verbas para tal, o que gerava muitos problemas, inclusive em relação às VMEs.

Alertou também que nos Açores praticamente todas as zonas estão sobre VMEs, o que

complicava ainda mais a situação para o setor. Reforçou que seria necessário alcançar um bom consenso para manter a sustentabilidade económica, social e ambiental, pois os pescadores eram os primeiros a querer proteger os seus próprios recursos, dado que o seu futuro dependia deles.

O Sr. Ludovic Courtois (*Comité Régional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de La Réunion*) questionou se o ICES participava a nível comunitário ou contribuía para o Comité Científico, Técnico e Económico das Pescas (STECF), e se os relatórios produzidos pelo ICES eram adequadamente utilizados pelo STECF durante a avaliação dos relatórios dos Estados membros. Em seguida, apresentou uma observação sobre a crescente discussão acerca das Zonas Marinhas Protegidas e o esforço exigido aos pescadores, bem como as contribuições destes para os trabalhos em curso. Destacou que, apesar dos vários projetos e iniciativas, especialmente no contexto das instalações *offshore*, não percebia o motivo pelo qual os cientistas não estavam a investigar os impactos ecológicos e ambientais que essas instalações, que ocupam o espaço marítimo utilizado pela pesca profissional, poderiam causar sobre os recursos marinhos. Concluiu que, em vez de focar exclusivamente nos peixes, seria mais pertinente analisar os impactos ambientais provocados por esses investimentos no mar.

Em relação à intervenção do Sr. Jorge Gonçalves, o Sr. Rui Catarino reforçou a ideia sobre o plano de ação em relação ao estudo realizado pelo ICES incluir os critérios e informações sobre a pesca, para que fosse possível calcular e identificar as áreas a proteger. Esclareceu que os critérios a serem aplicados a nível de proteção seriam definidos no futuro. Destacou que o modelo consistia em três componentes: geomorfológico, biológico e a componente humana da pesca, sendo que o resultado final seria condicionado por esses três fatores. Caso a parte humana não estivesse presente, o modelo continuaria a gerar resultados baseados apenas na geomorfologia e na parte biológica, sem considerar outros critérios. Reconheceu a hesitação dos pescadores em partilhar essa informação, mas sublinhou a importância de o fazerem para o sucesso do processo.

Em relação ao comentário do Sr. Ludovic Courtois, explicou que o ICES era uma organização independente, que respondia às questões que lhe eram colocadas. Naquele caso, o ICES tinha sido solicitado a prever as ocorrências de VMEs e das atividades de pesca. Embora não desconsiderasse os comentários sobre as eólicas marinhas, esclareceu que o ICES possuía dois grupos de trabalho dedicados a essa área. Tratava-se de um campo novo, mas com a participação de cientistas de todo o mundo. Concluiu que o relatório por eles produzido era público e que o STECF tinha acesso a este, podendo utilizá-lo nas suas deliberações.

A Sra. Margot Angibaud (*Comité National des Pêches Maritimes et des Élevages Marins - CNPMM*) agradeceu pela apresentação e destacou seis pontos a serem abordados. Inicialmente,

referiu que o relatório apresentado era datado de julho e sugeriu que, caso houvesse atualizações, estas fossem compartilhadas, uma vez que algumas das questões que pretendia discutir poderiam ser resolvidas com a leitura direta do documento. Questionou a definição dos VMEs, que, segundo ela, foi abordada de forma breve, ressaltou que existiam várias definições, todas distintas entre si. Indicou ainda que seria interessante realizar um trabalho para homogeneizar essas definições, uma vez que esta era uma questão cada vez mais presente.

Referiu ainda que, no caso do protocolo francês para a captação de dados, existia uma grande resistência por parte dos observadores científicos, pois estes não se sentiam preparados para identificar os indicadores necessários. Como resultado, havia uma incerteza significativa quanto à qualidade e quantidade dos dados recolhidos. Questionou se os comentários técnicos feitos no âmbito da revisão do regulamento que regula a pesca de profundidade e protege os VMEs nas águas da UE haviam sido considerados, uma vez que, nas reuniões de Comité Executivo e Grupos de Trabalho do CCRUP em março do mesmo ano, tinha partilhado observações sobre, por exemplo, a diferença dos quadros estatísticos entre diferentes latitudes e a precaução necessária no tratamento desses dados. Estava previsto que a regulamentação fosse revista todos os anos e, embora os peritos do CIEM tivessem sido incentivados a fornecer pareceres atualizados, estes ainda não tinham sido considerados. A senhora Margot Angibaud questionou se foram recolhidos dados para a RUP francesa através do inquérito.

O Sr. David Pavón (*Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canarias*) destacou que os pescadores não se opunham à conservação e que, pelo que conhece do setor pesqueiro artesanal, todos eram pró-conservacionistas, pois possuíam o mesmo objetivo: garantir a preservação dos mares, de forma semelhante à visão conservacionista que se tem do mundo. Salientou que estava muito satisfeito com a apresentação de Rui Catarino e com a disponibilidade do ICES.

Questionou a lógica da União Europeia ao propor uma solução de conservação que envolvesse a criação de áreas protegidas, especialmente quando se sugeria uma proteção de 30% e sugeriu que, em vez de definir uma percentagem fixa, seria mais apropriado identificar e proteger as áreas que realmente necessitavam de conservação. Afirmou que a convivência sustentável com o ecossistema deveria ser a meta, defendendo que, na maioria dos espaços, os pescadores podiam coexistir de forma sustentável.

Mencionou a importância de distinguir claramente entre impacto e deterioração, apontando que a preocupação deveria ser com a deterioração dos ecossistemas, que era o que realmente necessitava de correção. Acrescentou que o conservacionismo e a extração pesqueira deviam caminhar juntos, sendo necessário um esforço conjunto para garantir que todos os mares e pescadores pudessem

operar de maneira sustentável.

O Sr. Rui Catarino afirmou que em relação ao comentário que fez a Sra. Margot Angibaud, que o relatório tinha sido publicado a 5 de julho de 2024 na página *web* do ICES e que havia sido comunicado ao CCRUP.

A Secretária-geral pediu desculpa a todos porque por lapso não enviou o *email* com essa informação.

O Sr. Rui Catarino prosseguiu e referiu que, relativamente ao comentário sobre as diferentes latitudes, afirmou que este fora tido em consideração. No relatório elaborado pelo ICES, em vez de utilizar quadrados estatísticos que variavam conforme a latitude, foi escolhida uma projeção baseada no Sistema Universal Transverso de Mercator (UTM) com 5 quilómetros de lado. Quanto à revisão dos relatórios, o relatório e o parecer sobre os VMEs no continente, tinham agora uma segunda versão, publicada naquela semana. Isto não significava que tudo mudasse, mas sim que a revisão era feita sempre que houvesse mais dados, de forma a melhorar o produto final. Afirmou que existiria um produto inicial, mas que nos próximos anos, com a recolha de mais dados, mais conhecimento e mais investigação científica, seria possível melhorar o produto final, sendo que, nessa altura, seria revista, seguindo esse procedimento.

Mencionou que havia algo que gostaria de ter mencionado na sua apresentação, mais especificamente em relação ao que o Sr. David Pavón tinha referido, nomeadamente que as RUPs estavam na vanguarda da proteção dos VMEs, uma vez que, desde 2005, as Canárias, os Açores e a Madeira proibiram a pesca de arraste, uma prática extremamente prejudicial para os VMEs. Embora não soubesse se a razão dessa proibição fosse, de facto, a proteção dos VMEs, afirmou que, na realidade, essa ação foi muito importante para a sua preservação. No relatório, também se mencionava o que o Sr. Jorge Gonçalves referiu, isto é, que, apesar de ser uma área vasta, apenas uma pequena percentagem era pescada, pelo que era necessário considerar o impacto das diferentes artes de pesca no fundo marinho. Já existiam estudos noutras regiões onde as florestas de corais continuavam a existir, mesmo em zonas onde se pescava há muitos anos, o que deveria ser levado em consideração.

O Sr. Rúben Farias (Federação das Pescas dos Açores) afirmou que ia falar de um assunto que já tinha sido amplamente discutido e que, no caso dos Açores, os 30% seriam necessários, sendo este valor determinado com base nos locais específicos onde os pescadores atuavam. Questionou se já existia algum esboço sobre as possíveis áreas de VMEs para os Açores. Se a coordenação falhasse, e visto que estavam já muito avançados no processo de criação de áreas marinhas protegidas, seria muito negativo se 30% dessa área coincidissem com os VMEs, retirando mais 20% ou 30% de zona de pesca, e que, nesse caso, seria mais vantajoso fechar o mar dos Açores. Questionou ainda se o ICES já tinha desenvolvido algum trabalho para encontrar uma forma prática de comunicar com os pescadores. Informou que, nos últimos três anos, ao aplicar questionários, o formato em papel não funcionava, muitas das perguntas não tinham resposta e exercícios que exigiam raciocínio eram

ineficazes. Perguntou se não seria o momento de se pensar numa abordagem mais sintética e funcional, pois os cientistas, com razão, afirmavam que os pescadores eram os principais interessados, mas, por outro lado, havia a dificuldade de comunicar com eles, e muitas vezes, era solicitado o parecer dos pescadores e o que eles pretendiam não era implementado. Isso gerava um ambiente de desconforto, pois ninguém queria partilhar dados. Constatou que seria essencial encontrar, em conjunto, a melhor forma de comunicar eficazmente com os pescadores.

O Sr. João Delgado (Mútua dos Pescadores) afirmou que as suas primeiras palavras seriam para o Sr. Rui Catarino, a quem agradeceu a disponibilidade e a forma de comunicar, especialmente em questões frequentemente difíceis de transmitir aos principais interessados. Destacou a riqueza dos recursos haliêuticos e a importância, muitas vezes esquecida, dos recursos humanos, que eram cruciais para todos. Referiu que a preservação desses recursos humanos envolvia a valorização das pessoas das comunidades, o desenvolvimento das economias locais e a cultura destas mesmas comunidades. Ressaltou que era essa riqueza que definia as populações e as comunidades, e que era fundamental analisar o impacto das medidas propostas nessas mesmas comunidades.

Além disso, questionou se as campanhas de investigação biológica tinham sido associadas a estudos no âmbito das ciências sociais e humanas, de forma a avaliar o impacto nas comunidades antes de implementar tais medidas. Reiterou a necessidade de uma análise multidisciplinar, com plataformas de discussão e reflexão conjuntas, onde cientistas sociais e biólogos, assim como os pescadores, se sentassem à mesa. Segundo ele, o maior desafio era a distância entre a ciência e o terreno, e quanto mais aproximação houvesse, mais eficaz seria a aplicação das políticas públicas no setor.

Admitiu que houve falhas no envolvimento das ciências sociais nesses processos e alertou para a necessidade de entender a causalidade por trás dos factos. Explicou que os pescadores muitas vezes se recusam a partilhar dados, pois sentem que são prejudicados quando o fazem. A única forma de reverter essa situação seria ganhar a confiança dos pescadores, mostrando-lhes que a partilha de dados e a colaboração com a ciência trariam benefícios para a comunidade. Mudanças culturais, disse, são difíceis, mas é essencial demonstrar vantagens concretas para que as práticas da comunidade piscatória evoluam.

Por último, mencionou a preocupação com os impactos das eólicas marinhas no setor pesqueiro, uma questão amplamente discutida numa reunião em Lisboa. Alertou para o impacto negativo que a ocupação de 32 mil quilómetros quadrados de área marinha, inicialmente prevista para a faixa ocidental do continente, poderia ter, especialmente nas comunidades piscatórias. Enfatizou que este

processo já estava em negociação para mitigar os danos, mas apelou às comunidades piscatórias das RUPs para que se organizassem, pois também seriam chamadas a intervir, e quanto mais bem organizadas estivessem, melhor defenderiam os seus interesses.

O Sr. Rui Catarino começou por responder à questão do Sr. Rúben Farias sobre a existência de um esboço em relação às VMEs, esclarecendo que ainda nada tinha sido feito, mas que, caso esse pedido fosse feito para a continuidade do trabalho, o ICES não emitiria um parecer sobre as áreas a fechar. Explicou, que o ICES apenas oferecia opções aos decisores para que estes pudessem tomar decisões informadas sobre os impactes de cada uma delas. As decisões finais seriam sempre da responsabilidade dos órgãos decisores, e o ICES apenas fornecia as opções e o significado de cada uma.

Relativamente aos questionários feitos aos pescadores, informou que estava de acordo e que deveriam ser simples e fáceis de preencher. Afirmou que aprenderam muito com o questionário inicial, que era simples, com perguntas rápidas, e que demorava entre cinco e dez minutos a preencher. Agradeceu a colaboração de todos na fase de teste dos sistemas, no retorno e na disponibilização para ajudar a avaliar a funcionalidade.

Em relação ao comentário do Sr. João Delgado sobre as ciências sociais, o Sr. Rui Catarino explicou que a questão colocada ao ICES não contemplava esses aspetos, mas mencionou que o ICES tinha grupos de trabalho dedicados às ciências sociais, que estudam esses problemas. Informou que existiam seminários abertos a todos, com a maioria dos eventos realizados em formato híbrido desde o COVID. Referiu que houve recentemente um seminário que envolveu os setores da pesca, ciência e decisores políticos, com o objetivo de entender as trocas entre esses setores, reconhecendo que nunca se agradaria a todos, sendo necessário encontrar um meio-termo.

Em relação às eólicas marinhas, mencionou que existiam dois grupos de trabalho e que havia um pedido especial em desenvolvimento para identificar os impactes das eólicas marinhas na pesca, utilizando os dados disponíveis no ICES. Reforçou que os relatórios seriam sempre públicos e que, caso alguém tivesse interesse em participar em seminários específicos, poderia entrar em contacto com ele.

Afirmou que existia um calendário com todos os seminários na página da internet, contendo introduções que explicavam os objetivos e termos de referência de cada grupo de trabalho, permitindo verificar se a participação era de interesse ou não. Ressaltou que seriam muito bem-vindos para partilhar a sua experiência e contributos para a rede do ICES.

A Secretária-geral informou que, em relação ao que foi dito pelo Sr. Jorge Gonçalves, tinha participado em vários eventos organizados pelo Governo Regional dos Açores, onde foram

apresentadas as AMPs da região e questionava sempre sobre os dados científicos. Referiu que, segundo o que lhe foi informado, toda a confusão sobre o estabelecimento das AMPs teve origem num objetivo demasiado ambicioso.. Em relação a outra questão, foi mencionada uma apresentação da Agência Europeia do Ambiente, que considerava uma vasta área a sul dos Açores como AMP, relevante para a quantificação da biodiversidade e estatísticas. No entanto, o Governo Regional dos Açores não reconhecia essa área. A Secretária Geral afirmou que o CCRUP tinha um rascunho a circular entre todos os membros, para verificar se essa área era considerada como protegida. Acrescentou que, nesse ano, já tinha sido enviado o primeiro rascunho de recomendação para o grupo de foco sobre o planeamento do espaço marítimo, o qual abordava principalmente as eólicas marinhas, um tema que o CCRUP estava a tratar.

A Sra. Caroline Alibert-Deprez (DGMARE) agradeceu o convite e, expressou agradecimento pelo tempo dedicado à discussão em profundidade sobre a questão dos Ecossistemas Marinhos Vulneráveis em águas profundas.

Reiterou o apelo feito pelo Sr. Rui Catarino e pelos cientistas do ICES no sentido de partilharem os dados. A experiência passada e atual mostra que, nas áreas onde havia partilha das informações sobre as atividades pesqueiras e, especialmente, a intensidade da pesca, eram mais detalhados, a metodologia adotada pelo ICES se revelou a mais eficaz. Isso permitiu fazer um equilíbrio entre as atividades de pesca, a sua continuidade e a proteção dos ecossistemas marinhos. Sublinhou que, quando não se sabia da existência de pesca em ecossistemas marinhos ou da sua localização, havia muito menos dificuldades em fechar certas áreas.

Afirmou que o ICES fornecia listas das áreas onde se encontram os VMEs, sendo a decisão de fechar essas áreas da responsabilidade dos Estados-membros e da Comissão Europeia, e não dos cientistas, uma distinção importante a ser assinalada. Referiu ainda que, durante as intervenções, surgiram questões sobre o papel de outros cientistas, como os do STECF, que tinham uma função mais consultiva e de análise dos impactes socioeconómicos. Informou que, no caso dos VMEs, o processo estava a decorrer, com 87 áreas já fechadas. No entanto, existia um aviso do ICES, publicado novamente em 2024, que atualiza essas áreas. Desde 2023, os cientistas e economistas do STECF foram mobilizados para analisar estas questões, não se limitando apenas ao encerramento de áreas, mas também à análise dos impactes socioeconómicos sobre as florestas e os diferentes tipos de equipamentos de pesca.

Acrescentou que, a nível científico, também se trabalha com o STECF, com base nos alertas emitidos pelo ICES, garantindo que essa análise era eficaz. Referiu ainda que o trabalho já começou para as regiões ultraperiféricas, e expressou as suas felicitações pelo esforço coletivo envolvido,

destacando que, embora desafiador, era um trabalho crucial, pois envolvia uma vasta recolha de dados.

Transmitiu os seus encorajamentos e admiração pelo início deste trabalho, acreditando que os esforços realizados trariam frutos a longo prazo.

O Sr. Jorge Gonçalves afirmou que gostaria de reforçar o que o Sr. João Delgado tinha dito e que considerou muito importante. Referiu que na ilha onde vivia existia o Departamento de Oceanografia e Pesca da Universidade dos Açores, cuja sede e equipa de trabalho estavam localizadas num edifício em cima do cais, onde os pescadores se encontravam. Havia uma forte ligação e confiança entre os cientistas e os pescadores, pois estavam todos juntos naquele espaço. No entanto, o edifício do Departamento foi transferido para outro local, os cientistas deixaram de passar pelo cais, houve uma nova geração de cientistas, e com isso tudo, começou a haver um afastamento entre as partes. Na altura, eram considerados um setor de pesca mais desenvolvido porque contavam com o apoio e colaboração dos cientistas, com quem partilhavam toda a informação. Atualmente, esse elo tinha sido quebrado, e já não existia a mesma confiança entre o setor e os cientistas. Afirmou que estavam a tentar recuperar a participação de todos e a repor alguma da informação que se tinha perdido, mas estava a ser difícil devido ao afastamento dos próprios cientistas. Afirmou ainda que os pescadores continuavam no mesmo local e que foram os cientistas que se afastaram.

Resumo/ pontos de ação:

O Sr. Rui Catarino, do ICES, apresentou um relatório sobre o a ocorrência de VMEs e impactes da pesca de profundidade nas águas das RUP da UE, resultado de um estudo solicitado pela DGMARE que compila dados dispersos e propõe um plano para identificar e proteger VMEs. Destacou a importância de adaptar regulamentos à realidade das regiões e melhorar a coleta de dados, incluindo a consulta aos pescadores. O relatório foi publicado em julho de 2024 e aguarda resposta da DGMARE sobre a continuidade do trabalho.

5. Projeto sobre Dispositivos Excluidores de Tartarugas (TEDs) da Guyana francesa - Sra. Audrey Chevalier e Sr. Théo Sanchez (WWF Guyane FR)

O Sr. Théo Sanchez (*World Wide Fund Guyane*) iniciou a sua apresentação sobre os Dispositivos Excluidores de Tartarugas e Lixo – *Turtle and Trash Excluder Device* (TEDs) na *Guyane*

Française, explicando que essa tecnologia consistia numa estrutura instalada na rede de pesca, que permite que os animais maiores, como tartarugas, fossem excluídos ou escapassem, enquanto os peixes desejados eram mantidos na rede, reduzindo o impacto na biodiversidade marinha. Esta tecnologia é um aperfeiçoamento do TED, que, para além das tartarugas, pode libertar outras formas de capturas acessórias; o termo “lixo” refere-se a estas outras espécies. O TED reduz o tempo de triagem e os riscos de ferimentos devido à captura de tubarões e raias, melhora a qualidade dos camarões, que são menos suscetíveis de serem esmagados no fundo da rede de arrasto, e pode também levar a uma redução da quantidade de combustível consumido pelas embarcações. Sublinhou também que os primeiros ensaios, realizados em condições experimentais, foram efetuados a bordo de um arrastão de pesca do camarão. Na sequência deste trabalho, os membros da indústria do camarão expressaram a necessidade de continuar estas experiências e de se envolverem mais no projeto. Em resposta, a *WWF Guyane* e o *Comité Régional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins – CRPMEM - Guyane* começaram a trabalhar em estreita colaboração para testar e desenvolver as melhores artes para a frota da Região..

Com o apoio técnico da *National Oceanic and Atmospheric Administration* (NOAA) e do *French National Institute for Ocean Science and Technology* (IFREMER), o CRPMEM Guyane efetuou numerosos ensaios no mar, em estreita colaboração com as frotas guianenses, tendo sido testados parâmetros específicos, como a forma e o espaçamento entre as barras da grelha seletiva. Estes ensaios permitiram que as frotas e as tripulações a bordo dos arrastões de pesca do camarão compreendessem as vantagens de uma arte de pesca mais seletiva e os benefícios da sua utilização na Guyane. Com base nos resultados e nas recomendações dos capitães, a CRPMEM decidiu tornar obrigatória a utilização deste sistema TED a partir de janeiro de 2010, aquando da emissão das licenças de pesca anuais.

Em 2019, a UE aprovou uma alteração ao Regulamento relativo às medidas técnicas aplicáveis às pescas da UE que exige a utilização obrigatória de TEDs nas águas da UE no Atlântico Ocidental e no Oceano Índico. Destacou, com especial relevância, a diminuição de mais de 97% das capturas acidentais de tartarugas, um feito notável que contribuiu para a melhoria da biodiversidade

marinha. O uso dos TEDs também resultou numa melhoria das condições de trabalho dos pescadores, ao aumentar a produtividade das suas embarcações em 20%, facilitando o trabalho a bordo. Explicou também que o dispositivo ajudou a melhorar a qualidade do produto final, evitando a erradicação de grandes indivíduos. A utilização dos TEDs permitiu, ainda, uma maior facilidade no trabalho dos pescadores, ao reduzir a presença de espécies não desejadas, como os tubarões, que poderiam prejudicar o processo de captura. A introdução dos TEDs também resultou na eliminação de obstáculos, como as rochas, garantindo que fossem diretamente extraídas, facilitando ainda mais o trabalho a bordo.

A Sra. Audrey Chevalier (World Wide Fund Guyane), começou por referir que aquando das visitas às tartarugas pelos membros e observadores do CCRUP, naquela semana, tinha sido discutido o esforço realizado para proteger a espécie em questão e afirmou que a história da Guyane representa um verdadeiro sucesso na conservação da espécie, destacando que os pescadores guianeses estavam a proteger eficazmente as tartarugas no seu território. Ressaltou a importância de preservar esta espécie, sublinhando que não era comum encontrar tais iniciativas e que se devia dar a devida atenção a esse esforço.

Deu a conhecer um relatório elaborado pelo CRPMEM Guyane, publicado em 2016 - *Wild-caught shrimp imports into the EU and their associated impacts on marine turtles* -, que tratava dos impactos de uma possível regulamentação europeia sobre as importações de camarões tropicais. O relatório, expunha os efeitos que as importações atuais de camarões tinham sobre o mercado europeu, destacando que a Europa era o maior importador mundial de camarões tropicais, superando os Estados Unidos.

Explicou ainda que, há 30 anos, os Estados Unidos não aceitavam mais camarões tropicais que não tenham sido capturados com o uso de TEDs. Esta medida contribuiu para a significativa redução do impacto ambiental das importações americanas de camarões. Ele afirmou que, considerando que a Europa já implementou o uso do TED nas suas águas, seria pertinente adotar uma regulamentação semelhante para as importações de camarões. Continuou a sua apresentação afirmando que atualmente, na Europa, as importações de camarões provinham de países como Madagáscar, Índia, Bangladesh, Indonésia e Vietnam. Destacou que essas importações de camarões tropicais tinham um impacto considerável nas populações de tartarugas marinhas, já que não eram utilizados TEDs nas práticas pesqueiras desses países. Sublinhou que a tecnologia TED era amplamente conhecida, controlada e possuía experiência consolidada na Europa quanto à sua utilização.

Fez referência aos gráficos presentes no relatório, os quais estimavam o impacto das importações

de camarões tropicais. De acordo com esses dados, a União Europeia podia estar a causar a morte de cerca de 250 mil tartarugas marinhas a cada cinco anos devido às suas importações. Reforçou que, se fosse implementada uma regulamentação europeia para as importações de camarões tropicais, este impacte ecológico nas populações de tartarugas poderia ser significativamente reduzido.

Concluiu referindo que, em 2022, o WWF publicou um relatório onde detalhou as etapas necessárias para a implementação de um Regulamento Europeu que restringisse as importações de camarões tropicais, com um plano de ação para a sua adoção. O objetivo deste relatório não era de provocar um impacte imediato no mercado, mas sim acompanhar os países exportadores na adoção progressiva dos TEDs. Afirmou que, tal como foi defendido na *Guyane*, a gestão colaborativa das práticas pesqueiras e a implementação gradual dos TEDs beneficiaria todos os envolvidos. Por fim, sugeriu que o CCRUP podia ter a oportunidade de elaborar uma recomendação nesse sentido, pois dispositivos como os TEDs, que comprovadamente funcionavam, teriam um impacte positivo na biodiversidade e nos pescadores. Indicou que um filme seria apresentado para ilustrar melhor todas as informações. O Sr. Nicolas Blanc afirmou que a nível pessoal, gostaria de salientar aquele bom exemplo como um dos casos positivos que podiam ocorrer quando pescadores e organizações não governamentais colaboravam em conjunto, que de facto, coisas muito positivas podiam acontecer. Afirmou, no entanto, que gostaria de fazer um reparo inicial antes das questões. Enquanto membro do Grupo de Trabalho, esqueceu-se de referir anteriormente que a observação do Sr. João Delgado relativamente à importância de termos um estudo de impactos socioeconómicos sobre o potencial encerramento de certas áreas, no que diz respeito aos VMEs, poderia constituir uma base para uma recomendação daquele Grupo de Trabalho.

A Secretária-geral referiu que, em relação às recomendações, e tendo em conta que o CRPMEM *Guyane* era o que mais sabia sobre o assunto, se o Grupo de Trabalho permitisse, o secretariado solicitaria a elaboração de um rascunho, que depois seria avaliado pelo Grupo de Trabalho, seguindo os trâmites habituais.

6. Perguntas e respostas:

O Sr. Pedro Melo referiu que a sua pergunta era muito objetiva e dizia respeito à principal dificuldade na implementação do dispositivo TED. Embora o custo pudesse estar relacionado com a resistência dos pescadores em aceitarem essa situação, gostava de saber o que tem impedido a sua implementação mais alargada.

A Sra. Audrey Chevalier afirmou que se percebeu bem, a questão levantada dizia respeito à

demora na adoção dos TEDs na pesca, embora ela não tivesse participado diretamente no processo de adoção dos mesmos na *Guyane*, esclareceu que os primeiros testes foram realizados com uma única embarcação. Por essa razão, a realização dos testes e as adaptações dos dispositivos para a realidade da pesca guianesa levaram algum tempo. Mencionou que, uma vez definidos os critérios adequados o processo de adaptação tornou-se mais eficiente.

A Sra. Margot Angibaud questionou se, não seria viável a instalação de um fundo para encorajar essa prática. Afirmou que, uma vez que essa medida estava prevista na regulamentação, ela limitava as possibilidades em relação às subvenções e implicava a obrigação, eventualmente, de equipar-se com o dispositivo. No contexto atual, com a quantidade de regulamentação existente, isso poderia gerar reticências quanto à sua utilização, embora fosse, em última análise, uma vantagem.

Mencionou também a evolução do dispositivo ao longo da fase de experimentação e questionou se estavam a ser realizadas reflexões sobre a possibilidade de alterar a composição do material. Afirmou que ao se dispor de um dispositivo mais leve, a tração necessária seria menor, o que, eventualmente, poderia resultar em uma redução no custo do combustível.

Por fim, levantou uma preocupação no contexto atual, em que se verificava uma tendência de redução no consumo de produtos provenientes do mar e questionou qual seria o impacto no mercado de implementar uma regulamentação muito cedo, caso os pescadores não estivessem preparados para realizar as mudanças necessárias de forma rápida.

O Sr. Théo Sanchez explicou que era necessário considerar os diferentes fluxos hídricos os quais poderiam acelerar ou não o processo, influenciando, assim, a produtividade do mesmo. Adicionalmente, destacou a importância de levar em conta a resistência dos materiais.

Afirmou que não existiam, necessariamente, trabalhos conclusivos sobre o assunto, mas que havia uma continuidade das pesquisas a serem realizadas. Considerou que esse era um aspeto relevante a ser considerado, dado que a pesquisa se destinava tanto aos produtores como aos compradores, com o objetivo de alcançar descobertas mais económicas e ecológicas. Afirmou, ainda, que seria importante trabalhar nesse sentido e mencionou que ouvira frequentemente falar sobre uma eventual obrigação.

Sublinhou que era crucial que os pescadores e armadores se sentissem seguros e confiantes. E ressaltou que, apenas dessa forma, se poderia evitar reticências em relação ao trabalho em futuros projetos, como os seguintes.

A Sra. Audrey Chevalier afirmou que estava totalmente de acordo com a declaração anterior, salientando a necessidade de acompanhamento dos pescadores relativamente a essas questões. Referiu ainda a possibilidade de uma regulamentação que poderia ser introduzida num prazo

demasiado curto, mencionando que esse era precisamente o tema abordado no relatório do WWF de 2022. Esclareceu que o objetivo do relatório era identificar as diferentes etapas que deveriam conduzir a uma regulamentação sobre as importações para o mercado europeu.

Sublinhou, por outro lado, que essa regulamentação já constituía uma obrigação nas zonas europeia e explicou que, nesse sentido, não implicaria novas obrigações para as pescarias europeias, mas sim para aquelas que exportam para a União Europeia.

Indicou ainda que já tinham sido identificadas diferentes etapas com vista a assegurar um acompanhamento otimizado, promovendo a apropriação efetiva do dispositivo e a sua adaptação a cada contexto e a cada tipo de pesca. Acrescentou que o referido dispositivo era reconhecido como funcional e encontrava-se em uso em mais de 40 países em todo o mundo.

O Sr. Jorge Gonçalves referiu que o sistema em questão teve um impacto significativo na redução das capturas acidentais e questionou se existia alguma informação sobre o que poderia também ocorrer na Europa, considerando que o tipo de arraste para o camarão era ligeiramente diferente. Perguntou ainda se havia estudos realizados sobre o impacto negativo desse sistema sobre as tartarugas na Europa.

Expressou o desejo de que esse elo de confiança se mantivesse, permitindo que todos tivessem acesso à informação necessária para desenvolver um equipamento mais eficiente e fiável, em benefício de todos. Sugeriu a implementação de medidas que fossem discriminatoriamente positivas, como a concessão de licenças apenas a quem utilizasse esse tipo de dispositivo.

Mencionou ainda a existência do quadro comunitário de apoio Mar 2030, que já se encontrava disponível e dispunha de verbas altamente atrativas para este tipo de experiências. Destacou que esses recursos poderiam ser utilizados para ampliar o alcance das iniciativas e incentivar uma maior participação dos pescadores neste tipo de experiências.

O Sr. David Pavón afirmou que tinha uma dúvida, em relação à questão colocada pelo Sr. Pedro Melo, que era saber qual era a razão pela qual não se tinha implementado ainda na Europa e a resposta estava mais centrada na forma como evoluiu esta utilização, mas entendeu que se tratava de tentar uma implementação que não fosse muito brusca em termos da obrigação de utilização. Afirmou que achava que era um sistema bastante fácil e que por isso não percebia porque não estava muito mais expandido e porque não obrigatório tendo em conta o dano que provoca sob o ecossistema.

A Sra. Audrey Chevalier afirmou que, em relação à última questão colocada, tratava-se de um dispositivo que demonstrava reduzir drasticamente os impactos ambientais. Destacou a urgência de acompanhar a sua adoção na pesca do camarão tropical e questionou as razões para a sua

utilização não ser mais disseminada.

Indicou que a falta de conhecimento sobre o dispositivo por parte de alguns organismos de gestão das pescas poderia ser um dos motivos dessa baixa adoção. Explicou que estavam a fazer todos os possíveis para aumentar o reconhecimento e a apropriação do dispositivo por parte dos utilizadores.

O Sr. Théo Sanchez afirmou ter ouvido várias referências à confiança e às ligações que poderiam ser ou já tinham sido quebradas em alguns territórios. Referiu que tiveram a oportunidade de apresentar alguns dos seus projetos e destacou que possuíam diversos projetos em colaboração com os pescadores, alguns dos quais considerados extremamente sensíveis e que a ligação existente entre os diferentes intervenientes era frágil, mas que tinham vindo a consolidá-la ao longo do tempo.

Salientou que este processo exigia um investimento considerável de tempo e recursos. Explicou que se tratava de um esforço que demorava vários anos a construir, mas que era essencial para o bom funcionamento das iniciativas. Referiu ainda que tanto as ONGs como os organismos de investigação e o Comité das Pescas tiveram, em algumas ocasiões, de fazer certos sacrifícios para permitir o avanço dos debates e dos projetos, contribuindo, assim, para o fortalecimento da relação de confiança existente.

A Sra. Audrey Chevalier afirmou que respondeu também à questão sobre a possível discriminação positiva das pescas que adotassem esse dispositivo. Referiu que essa abordagem já tinha sido considerada e implementada em alguns países que utilizavam os TEDs.

Afirmou que a WWF também se encontrava incentivava a promoção das pescas de camarão que adotassem os TEDs e indicou que, de forma ampla, era possível incentivar a promoção e a discriminação positiva dessas pescas. Acrescentou que, embora não tivessem um conhecimento aprofundado sobre os dispositivos de financiamento europeus nessa matéria, se existissem subvenções europeias para essa implementação, estas deveriam ser mobilizadas.

Abordou ainda os efeitos negativos de uma possível regulamentação europeia e referiu que o impacto negativo mais direto seria, conforme mencionado anteriormente, o risco de uma rejeição por parte dos pescadores ou das pescas que exportassem para a União Europeia. Por esse motivo, defendeu uma implementação progressiva e um acompanhamento da adoção dos TEDs nos países exportadores, considerando essa abordagem essencial.

Salientou que, do ponto de vista económico, os impactes seriam apenas positivos. Afirmou que não se pretendia reduzir os volumes de importação de camarão, mas sim torná-los mais responsáveis, tanto em termos ambientais como sociais, uma vez que as condições de vida a bordo também eram melhoradas com a adoção dos TEDs.

Não havendo mais perguntas, a sessão de esclarecimentos tinha sido dada como encerrada e o Sr.

Nicolas Blanc agradeceu pela apresentação e pelos esclarecimentos, referindo que, embora o dispositivo TED tivesse sido visto durante a visita realizada anteriormente, a oportunidade de dispor daquele tempo para compreender melhor o projeto foi muito positivo.

Resumo/ pontos de ação:

A WWF Guyane apresentou os Dispositivos Excluidores de Tartarugas e Lixo (TEDs), uma tecnologia que reduz a captura acidental de tartarugas e melhora a pesca do camarão. Após testes e colaboração com pescadores, seu uso foi formalizado na Guyane e adotado na UE em 2019, reduzindo em 97% as capturas acidentais. Também foi discutida a necessidade de regulamentar as importações de camarões tropicais para minimizar impactos ambientais.

7. Apresentação do projeto Fish-X: Nicolas Blanc (Sciaena)

O Sr. Nicolas Blanc explicou que a *Sciaena* esteve envolvida no projeto *Fish-X*, um projeto-piloto orientado a tecnologia e código aberto, com a duração de 3 anos e é cofinanciado pelo Programa Horizonte Europa. O projeto visa desenvolver um Espaço de Dados de Pesca (Fish-X), uma Plataforma de *Insight* e um Aplicativo de Rastreabilidade para apoiar os objetivos da Política Comum de Pesca (PCP), do Pacto Ecológico da UE e da Estratégia do Prado ao Prato. Visa superar os principais conjuntos de desafios, incluindo os seguintes pontos: coleta e compartilhamento de dados, em particular da pesca de pequena escala e recreativa; acesso, gestão e utilização de dados para reforçar a monitorização e o controlo, bem como a sustentabilidade das pescas da UE.

Destacou os principais objetivos do projeto, sendo eles: Combater a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN); Promover o uso sustentável dos recursos naturais comuns; Apoiar pescadores honestos e ajude a gerar retornos económicos justos; Promover sinergias entre pescas, autoridades, atores da cadeia de suprimentos e consumidores; Avançar na transição digital para a pesca de pequena escala e recreativa; e Contribuir para alimentos rastreáveis, saudáveis e sustentáveis. Destacou que uma das principais razões para esta revisão foi a falta de dados provenientes da pequena pesca, devido a dificuldades logísticas e tecnológicas na instalação de equipamentos adequados a embarcações menores. Sublinhou a importância da pequena pesca no contexto europeu, tanto em termos de provisão alimentar como do impacto socioeconómico nas comunidades costeiras.

Indicou que um dos principais objetivos do projeto foi colmatar a falta de dados, essencial para a gestão sustentável das pescas e para garantir a manutenção dos *stocks*.

Apresentou um resumo do projeto, referindo que a revisão traria tanto desafios como oportunidades para a pequena pesca. Destacou que o projeto foi concebido com base em consultas a associações de pescadores para compreender melhor as suas necessidades. Referiu que a adaptação tecnológica seria um desafio, mas que a melhoria na gestão da atividade pesqueira representaria uma oportunidade, proporcionando dados úteis para otimizar a pesca.

Esclareceu que o projeto se baseou no desenvolvimento de protótipos, não de ferramentas finalizadas, que poderiam servir de base para futuras implementações.

Destacou a participação da *Sciaena* no caso de estudo realizado no Algarve, em colaboração com a WWF Portugal, onde foram instalados dispositivos VMEs em embarcações de pequena pesca. Explicou que 59 embarcações foram equipadas com esses dispositivos, abrangendo várias comunidades pesqueiras da região. Salientou que os dados recolhidos eram utilizados exclusivamente para fins do projeto-piloto e que cada pescador mantinha o controlo sobre os seus próprios dados.

Mencionou ainda que os dados obtidos poderiam ser representados visualmente para facilitar a identificação de áreas de pesca relevantes. Referiu que projetos semelhantes já tinham sido usados no passado para justificar a importância de determinadas zonas para a atividade pesqueira e evitar a implementação de projetos de aquacultura em locais críticos para os pescadores.

Concluiu mencionando o desenvolvimento para a transição digital da pequena pesca e da pesca recreativa, que incluiu contribuições de diversas partes interessadas. Informou que a versão final deste documento seria publicada em maio e incentivou os participantes a partilharem sugestões e comentários. Encorajou também a participação no grupo de trabalho agendado para 25 de outubro, dedicado ao envolvimento das comunidades pesqueiras no processo de transição digital.

8. Perguntas e Respostas:

O Sr. Jorge Gonçalves afirmou que a apresentação tinha sido excelente e de grande interesse, uma vez que aquele tipo de informação era extremamente útil para todos os que trabalhavam na pesca e estavam interligados com estas questões. Afirmou que apesar de já existirem vários sistemas de monitorização em teste em diferentes locais, nos Açores persistem desafios significativos. As dificuldades prendiam-se, sobretudo, com a pesca lúdica, desportiva e profissional de pequena escala, devido à falta de informação e de dados, resultante da ausência de equipamentos adequados para embarcações de pequenas dimensões, que tinham limitações na instalação de dispositivos

eletrónicos.

Foi mencionado que, nos Açores, tinham sido feitos esforços para equipar todas as embarcações com sistemas que permitam monitorizar a extração de biomassa do oceano e, assim, implementar medidas eficazes para a proteção dos recursos. No entanto, a escolha de equipamentos adequados tinha sido um desafio. Informou que já tinham sido testados dispositivos semelhantes em camiões na Europa, que recolhiam e descarregavam dados posteriormente, assim como *drones*, também utilizados pela Marinha, mas tinham surgido dificuldades na implementação em larga escala.

A principal questão que colocou foi se aquele equipamento, no futuro, poderia ser utilizado para fins de fiscalização. Foi realçada a existência do Sistema de Identificação Automática (AIS), um equipamento de segurança que disponibilizava dados publicamente, mas que não tinha fins de fiscalização nem controlo. Em contraste, os dados do sistema em questão eram exclusivamente acessíveis a determinadas entidades, o que levanta questões relevantes para todo o setor.

Por fim, procurou-se esclarecer se a sessão de 25 de outubro seria pública ou se se tratava de um evento interno para apresentação do projeto.

O Sr. Rui Catarino, agradeceu pela apresentação, considerada muito interessante. Destacou a importância da recolha e utilização dos dados para fins científicos, sublinhando que aquele tipo de informação poderia fazer uma grande diferença em diversas áreas. Referiu que, com base na experiência no ICES, havia consciência de que a gestão de bases de dados envolvia custos significativos, incluindo manutenção, atualização, aluguer de servidores e outros aspetos técnicos.

A questão principal prendia-se com o futuro do projeto, nomeadamente quantos anos de financiamento estavam garantidos e quais seriam os passos a seguir após o término desse apoio. Questionou ainda como este sistema seria utilizado depois de ultrapassado o período para o qual foi originalmente concebido.

O Sr. Nicolas Blanc abordou primeiramente as questões do Sr. Jorge sobre os VMEs e a fiscalização, reafirmando que, no momento, os dados não eram utilizados para fiscalização, mas poderiam vir a ser. O equipamento em questão garantia uma qualidade e frequência adequadas para aquele fim.

Foi dado o exemplo de um projeto em Portugal Continental, onde as embarcações que capturavam bivalves com ganchorra no Algarve eram obrigadas a ter um dispositivo semelhante, permitindo ao Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) obter dados para a gestão da pesca. Além disso, no contexto do Regulamento de Controlo para 2030, pretendia-se que estes equipamentos fossem usados para controlo e fiscalização.

Destacou-se ainda que os aparelhos funcionavam de forma independente, sem ligação à energia

das embarcações, pois utilizavam um pequeno painel solar integrado, evitando problemas associados a outros dispositivos VMEs.

Relativamente ao grupo de trabalho de dia 25, esclareceu que era um evento privado, mas sujeito a inscrição, destinado a um grupo restrito de participantes ligados à transição digital na pesca.

Relativamente às questões do Sr. Rui Catarino, foi explicado que o projeto tinha financiamento garantido por três anos, terminando em maio de 2025. Após esse período, durante seis meses, a empresa responsável pelos equipamentos continuaria a receber os dados e manter a base ativa, permitindo a utilização dos dispositivos caso associações de pescadores ou entidades governamentais assim o desejassem.

No entanto, afirmou que o futuro do sistema ainda estava em aberto. Havia a possibilidade de um parceiro europeu manifestar interesse na continuidade ou de um novo projeto ser desenvolvido para prolongar a iniciativa. O consórcio estava a avaliar possíveis caminhos para garantir a sustentabilidade do sistema a longo prazo.

A Sra. Margot Angibaud afirmou que um projeto muito interessante. Que tinha ouvido falar dele numa reunião onde se discutiram as vantagens e desvantagens da digitalização da pequena frota, o que foi bastante enriquecedor.

Com base nas respostas apresentadas, fez um paralelo com o que aconteceu em França, especialmente no que dizia respeito à aplicação do Regulamento de Controlo, nomeadamente a geolocalização das pequenas embarcações. Afirmou que existia uma lista de modelos VMEs rigorosos impostos aos pescadores franceses e questionou se, no âmbito daquele projeto, havia algum pedido dos Estados-membros para verificar se a aplicação, que entendia ser para controlo, se aplicava também à regulação específica de cada país.

Afirmou que em França, havia muitas questões jurídicas em aberto sobre aquele tema e que seria interessante saber se aquele debate também se colocava em outros países.

O Sr. Nicolas Blanc afirmou que o projeto se baseava no equipamento e nos dados fornecidos por ele, com o objetivo de criar plataformas que ajudassem no controlo e na gestão. Conforme mencionou anteriormente, aquelas plataformas estavam numa fase ainda inicial, uma vez que eram necessários muitos mais dados. Três ou quatro anos de dados e alguns casos de estudo não eram suficientes para concluir o desenvolvimento de uma plataforma daquele calibre. Contudo, seria uma base útil para a Comissão ou para Estados-membros que quisessem utilizar o protótipo e aprimorá-lo.

Relativamente ao equipamento, já havia interesse, sobretudo porque em Portugal ainda se desconhecia muito sobre os planos administrativos e equipar milhares de embarcações de pequena

pesca com este tipo de dispositivos, seja este ou outro modelo, era uma tarefa de enorme complexidade. No entanto, existia interesse por parte da administração em entender o que seria necessário para expandir este projeto a uma maior escala, como em Portugal.

Afirmou que as conversações estavam ainda num estágio muito embrionário, e percebia-se que tentavam recolher a melhor informação possível para elaborar um plano que permitisse a transição até 2030, um prazo que, embora parecesse distante, era relativamente curto. Quanto à questão dos VMEs, não sabia responder de forma clara sobre o que seria mais ético ou juridicamente justo, se os dados deveriam ser públicos. Afirmou que apesar dessa questão ser nova para ele, era algo que lhe interessava. No contexto do projeto, o maior desafio estava na necessidade da obtenção de dados para a gestão, o controlo e o interesse científico. As entidades científicas, estavam muito interessadas nestes dados, pois dependiam deles para o seu trabalho, e quanto mais dados houvesse, melhor. Informou ainda que equipamentos como aquele, que tinham um elevado nível de fiabilidade, seriam muito benéficos para a ciência e, por consequência, para a gestão da pesca.

Um dos pontos chave era a frequência com que o equipamento emitia dados sobre posição, velocidade e rumo. Para a gestão e controlo, não era necessária uma frequência muito alta, bastava saber a cada determinados minutos onde se encontrava a embarcação. No grupo de trabalho do ICES para a pequena pesca, os cientistas pediam uma frequência de 30 a 60 segundos, o que representava uma exigência muito alta para os próprios equipamentos. Estes podiam realizar a tarefa, mas isso significava uma pressão constante sobre o equipamento, o que poderia ser um desafio para as administrações, uma vez que havia uma discrepância entre as necessidades da ciência e as do controlo.

Dado isso, seria necessário encontrar um equilíbrio entre os dois lados, como o Sr, Rui Catarino mencionou tinha mencionado.

Resumo/ pontos de ação:

O projeto Fish-X, cofinanciado pelo Programa Horizonte Europa, busca desenvolver um Espaço de Dados de Pesca, uma plataforma de insights e um aplicativo de rastreabilidade para apoiar a sustentabilidade das pescas na UE. Focado na pesca de pequena escala, visa combater a pesca ilegal, melhorar a gestão de recursos e promover a digitalização do setor. A Sciaena participou de um estudo no Algarve, equipando embarcações com dispositivos para coleta de dados. O projeto, em fase final, destaca desafios e oportunidades na modernização da pesca, com a versão final do relatório prevista para maio de 2025.

9. - Eleição do presidente e vice-presidente deste grupo de trabalho, para os próximos quatro ano

O Sr. Nicolas Blanc questionou se havia alguma organização interessada na Presidência do presente Grupo de Trabalho.

O Sr. Jorge Gonçalves afirmou que a Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores apresentava a sua candidatura para presidir este Grupo de Trabalho durante o próximo quadriénio.

O Sr. Nicolas Blanc questionou se havia mais alguma candidatura na sala ou *online* e constatando que não, sugeriu que se passasse à votação da APEDA como Presidente.. Considerando a inexistência de votos contra e/ou abstenções, a APEDA tinha sido eleita por unanimidade.

Seguidamente solicitou que apresentassem as candidaturas para a vice-presidência e informou que a *Sciaena* não apresentava candidatura para este mandato.

O Sr. João Delgado informou que a Mútua dos Pescadores se candidatava ao cargo.

O Sr. Nicolas Blanc questionou se havia algum voto contra ou se alguém se abstinha, mas tendo em conta que ninguém se manifestou, informou que a Mútua dos Pescadores ficaria com o cargo da vice-presidência.

Resumo/ pontos de ação:

A Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores apresentava foi eleita por unanimidade como Presidente do Grupo de Trabalho e a Mútua dos Pescadores como Vice-presidente.

10. Outros Assuntos

O Sr. Nicolas Blanc afirmou que se houvesse alguém que quisesse introduzir alguma questão ou caso o Secretariado precisasse de tratar de algum assunto, que seria a altura para isso.

Afirmou que sem mais assuntos, ia deixar a sua última reunião como Vice-Presidente e estavam a terminar antes da hora, o que o deixava contente. Agradeceu a presença de todos e as conversas úteis e sensatas. Afirmou ainda que acreditava que tinham uma boa base para continuar a trabalhar naquele grupo de trabalho.

O Sr. Jorge Gonçalves agradeceu todo o trabalho feito pelo Sr. Nicolas Blanc e que na verdade foi a pessoa que mais vezes presidiu aquele grupo de trabalho e que esperava estar à altura das novas funções.

O Sr. Nicolas Blanc afirmou que de facto, a Vice-Presidência tinha sido mais ativa do que ele esperava, mas também tinha sido uma boa oportunidade de aprendizagem, acabando por ser algo

positivo. Claro que gostaria que o presidente tivesse presidido a todas as reuniões presencialmente, mas que respeitava as questões pessoais que o impediram de estar presente mais vezes.

O Sr. João Delgado afirmou que também queria agradecer o trabalho desenvolvido e todo o empenho do grupo de trabalho e de quem o presidiu. Afirmou que esperava que não tivesse uma vice-presidência tão ativa como a do Sr. Nicolas Blanc mas que, independentemente do cargo, ou mesmo sem cargo, a postura da maioria dos pescadores era sempre a de continuar a contribuir para o fortalecimento do CCRUP, aprofundando as análises e criando este clima de sensatez que o Sr. Nicolas Blanc tinha referido tão bem. Afirmou que o extremismo resolvia pouco, e quando pessoas sérias e sensatas se sentavam à mesa para refletir sobre os problemas concretos, com dados substanciais, conseguiam claramente chegar a bom porto e era isso que iam continuar a fazer.

O Sr. Nicolas Blanc agradeceu ao Sr. João Delgado e ao Sr. Jorge Gonçalves, pelas palavras e fez um agradecimento final aos convidados, ao Sr. Rui Catarino, à Sra. Audrey Chevalier e ao Sr. Théo Sanchez, pela partilha e pelo tempo dedicado. Deu um agradecimento especial, aos intérpretes e à equipa técnica, afirmou que sabiam que, por vezes, imprevistos aconteciam, mas agradeciam a flexibilidade e boa vontade. Agradeceu ainda aos membros e ao Secretariado, pelo trabalho e por ser o motor de todo este processo.

Conclusões/Recomendações

Os pontos de agenda foram cumpridos. ND.

Membros efetivos:

Associação de Pescadores da Ilha de São Jorge	Ruben Farias
Associação de Pescadores da Ilha do Corvo	Ruben Farias
Associação de Pescadores da Lagoa - Bom Porto	Jorge Gonçalves
Associação de Pescadores e Armadores da Ilha das Flores	Ruben Farias
Associação de Pescas de Rabo de peixe	Ruben Farias
Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores	Jorge Gonçalves
Associação dos Comerciantes do Pescado dos Açores	Pedro Melo
Associação Terceirense de Armadores	Ruben Farias
<i>Chambre de l'Agriculture, de la Pêche et de l'Aquaculture de Mayotte</i>	Charif Abdallah
<i>Comité National des Pêches Maritimes et des Élevages Marins</i>	Margot Angibaud
<i>Comité Regional des Pêches et Elevages Marins de la Réunion</i>	Ludovic Courtois (online)
Cooperativa da Economia Solidária dos Pescadores da Ribeira Quente	Jorge Gonçalves
Coopescamadeira	Lisandra Sousa
Federação das Pescas dos Açores	Ruben Farias
Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canarias	David Pavón
Mútua dos Pescadores	João Delgado
Sciaena	Nicolas Blanc

Observadores:

<i>Atlantic Centre</i>	Luis da Costa Cabral
<i>Comité Regional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de Guyane</i>	Théo Sanchez
DGMARE	Amanda Perez (<i>Online</i>)
DGMARE	Carolina Albert
Federação das Pescas dos Açores	Ana Silva (<i>online</i>)
Federação das Pescas dos Açores	Fabiana Nogueira (<i>online</i>)
<i>Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canarias</i>	Francisco Javier Henandéz Martín
<i>Atlantic Centre</i>	Luis da Costa Cabral
<i>Comité Regional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de Guyane</i>	Théo Sanchez
DGMARE	Amanda Perez (<i>Online</i>)